



**FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS GAMALIEL
CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZONIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NÉDIA COELHO PEREIRA DE AMORIM

**DESAFIOS COM A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso

Tucuruí – PA
2021



**FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS GAMALIEL
CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZONIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NÉDIA COELHO PEREIRA DE AMORIM

**DESAFIOS COM A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Trabalho de conclusão de Curso de Pedagogia, sob
a orientação do Prof. Mestre Mílvio da Silva Ribeiro.

Tucuruí – PA
2021

NÉDIA COELHO PEREIRA DE AMORIM

**DESAFIOS COM A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL.**

FOHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel-Fatefig.

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____.

Primeiro componente

Primeiro componente

Primeiro componente

Graduanda

Tucuruí – PA
2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS DESAFIOS.....	8
2.1. Um Breve Histórico da Síndrome.....	8
2.2. Os Desafios das Famílias das Crianças Autistas.....	10
2.3. A Importância da Capacitação dos Professores.....	12
3. PAIS E EDUCADORES JUNTOS PARA O CRESCIMENTO DA CRIANÇA AUTISTA.....	15
3.1. Aceitação do Educador.....	15
3.2. Desenvolvimento Social da Criança Autista.....	17
4. AUTISMO NOS TEMPOS DE HOJE.....	20
4.1 Autismo na Educação Infantil.....	20
4.2 O Papel do Professor na Inclusão Escolar de Alunos Autistas.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
6. REFERÊNCIAS.....	26

DESAFIOS COM A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Nédia Coelho Pereira de Amorim¹
e-mail:nediaamorim@gmail.com

RESUMO

O Tema Autismo ganhou grande força na sociedade atual como um todo, e não só na esfera educacional, pois não envolve só profissionais de educação, mas também familiares que são de grande importância no progresso educacional da criança. Sendo assim esse projeto tem como objetivo mostrar que o Autismo não deve mais se tratado somente como patologia e que é possível sim inserir essas crianças no universo dos considerados "normais". Esse projeto tem como objetivo também, mostrar a importância do professor em desmistificar todo o preconceito que existe quanto a capacidade da criança autista fazendo desse o princípio básico da inclusão escolar. Será abordado também a importância da escola como janela central que possibilite a criança enxergar muito além das suas limitações. Falaremos sobre aspectos relacionados à parte física de uma sala de aula, tais como o tamanho ideal, a iluminação, ventilação e luz, quesitos esses essenciais para o desenvolvimento dessas crianças. Acima de tudo esse projeto quer elucidar que nesse conjunto de participações essenciais para o progresso da criança autista, o professor sem dúvida é o agente transformador principal, ainda com falta de apoio, de condições de trabalho, o mesmo se adapta para poder abraçar essa criança da forma mais digna possível.

Palavras-chaves: Autismo na educação infantil. Educação inclusiva. Apoio familiar.

¹ Graduanda em Pedagogia na Gamaliel-Fatefig

ABSTRACT

The Autism Theme has gained great strength in today's society as a whole, and not only in the educational sphere, as it involves not only education professionals, but also family members who are of great importance in the child's educational progress. Therefore, this project aims to show that Autism should no longer be treated only as a pathology and that it is possible to insert these children in the universe of those considered "normal". This project also aims to show the importance of the teacher in demystifying all the prejudice that exists regarding the ability of the autistic child making this the basic principle of school inclusion. The importance of the school as a central window that allows the child to see far beyond its limitations will also be addressed. We will talk about aspects related to the physical part of a classroom, such as the ideal size, lighting, ventilation and light, which are essential for the development of these children. Above all, this project wants to clarify that in this set of participations essential for the progress of the autistic child, the teacher is undoubtedly the main transforming agent, still lacking support, working conditions, he adapts to be able to embrace this child in the most dignified way possible.

Keywords: Autism in early childhood education. Inclusive education. Family support.

INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento dessa temática tive como inquietude, através de uma oportunidade que tive, proporcionada pela faculdade Gamaliel de Tucuruí-Pará, de desenvolver um projeto na escola Ana Pontes Frances também na mesma cidade. Lá percebi o quanto o trabalhar e valorizar o processo educativo dos alunos com deficiência é importante, pois esse processo estar dentro das Políticas Públicas, que visa desenvolver e garantir o direito de todos, tanto para quem tem deficiência quanto quem não tem. Os alunos que tem deficiência eles precisam ser assistidos.

Quando falamos de desafios na aprendizagem das crianças autistas, estamos buscando debater, quais os desafios que tantos os professores, quantos os alunos e suas famílias enfrentam, para terem acesso a uma educação de qualidade, sem preconceitos e onde ela possa de maneira livre sem repreensões desenvolver suas capacidades intelectuais, afinal de contas é na escola em que a criança aprende a desenvolver suas habilidades e a perder os medos de evoluí-las.

Nesse trabalho, será apresentado um breve histórico da inserção da educação com crianças autistas em suas séries primárias de ensino, assim como também os desafios encontrados pelos educadores na inserção desse tipo de ensino, destacando essas dificuldades que o professor pode ter em sala de aula e como ele pode incluir seu aluno no cotidiano escolar. Além disso buscaremos apresentar estudos teóricos, para enfatizar a importância dos professores se capacitarem cada vez mais, para lidarem com crianças que necessitam de um atendimento mais evoluído e especial.

A criança ser diagnosticada com autismo independente do grau, não é motivo para tristezas ou desânimos futuros, pelo contrário é o momento de observar a sociedade e ver como e quais mecanismos são apresentados a ela para que de fato ela seja inserida sem preconceitos e que cada etapa da sua vida seja acompanhada por profissionais qualificados que a entendam e a ajudem a vencer os obstáculos que serão enfrentados por essa criança e logo mais adulto na sociedade.

Tendo como base os objetivos a serem trabalhados e desenvolvidos neste projeto tentaremos desenvolver as seguintes problemáticas, quais as estratégias que o sistema educacional usa para a escolarização da criança autista na educação infantil? Quais os desafios do ensino aprendizagem do Autista na educação infantil, tendo a carência de transmissão de conhecimentos e informações a respeito do autismo, para a interação social e comportamental na escola? Como ocorre o

acompanhamento escolar da família de uma criança autista? Será que a família está cooperando para a sua integração social?

Este trabalho será elaborado por meio de pesquisas bibliográficas, visto que estamos vivenciando neste ano de 2020, uma pandemia onde exige que devemos ficar em isolamento social e as escolas permanecem fechadas, funcionando com um sistema de ensino online, dificultando assim o processo de pesquisa investigativo presencial em ambas.

1. AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS DESAFIOS.

O Capítulo, abordará o autismo na educação, conceituando a síndrome, a forma como os autistas conseguem aprender, as barreiras encontradas pelo professor, e as dificuldades dos pais em inserir seus filhos na sociedade.

1.1 UM BREVE HISTÓRICO DA SÍNDROME

Em 1876 Emil Kraepelin, descreveu pela primeira vez a condição hoje conhecida com esquizofrenia, mas não a chamou por este nome, tentando descrevê-la.

Em 1911 Eugen Bleuler, cunhou o termo esquizofrenia (mente dividida), e usou quatro grupos de sintomas que ficou conhecido como os 4 “as” de Bleuler que são descritos como: Ambivalência, Afeto Incongruente, Alucinações e Autismo.

Em 1943 Leo Kanner, escreve seu famoso artigo, “Distúrbio Autista do Contato Afetivo”, descrevendo onze crianças com diagnóstico prévio de esquizofrenia, mas cujo principal problema era (mal) descrito apenas pela categoria “autismo”. Tornou-se assim o primeiro a descrever clinicamente o autismo, que passou a ser chamado de “Síndrome de Kanner” em sua homenagem.

Hans Asperger em 1944, publica a sua tese de doutoramento “Psicopatia Autista”, cujo conteúdo ficou indisponível por quarenta anos, até ser traduzido para o inglês por Uta Frith. Desde, 1943, Asperger trabalhava com jovens cuja inteligência e linguagem eram preservadas. Quando seu trabalho foi conhecido, na década de oitenta, uma forma mais branda de autismo foi batizada de “Síndrome de Asperger”.

Em 1952, ocorre a primeira edição do Manual Estatístico de Doenças Mentais da Associação Americana de Psiquiatria, não havia menção alguma ao recém descoberto “Distúrbio Autista do Contato afetivo”.

Bruno Bettelheim em 1967, protagonizou anos sombrios do tratamento de pessoas autistas. Os recursos terapêuticos de que se valia este famoso autor psicanalítico não eram baseados em evidências, mas em suas próprias crenças de

que a família das pessoas autistas causava a sua doença. Um livro foi escrito com depoimentos de ex-pacientes, questionando até mesmo sua alegada formação médica em Viena, antes da imigração aos Estados Unidos. Seu livro “A Fortaleza Vazia”, pintava as famílias como, “campos de concentração” e sua instituição como “campo de refúgio”, em plena década de cinquenta, quando os horrores da segunda guerra estavam recentes na memória coletiva da humanidade.

Ao ano de 1968, o termo “Esquizofrenia Infantil” era a categoria abrangente que incluía muitos pacientes que poderiam ser facilmente descritos com parâmetros delineados por Kanner.

Em 1972 Frances Tustin, psicanalista, autora de “Autismo e Psicose Infantil”, além de “Barreiras autistas em pacientes neuróticos”, postulou que o autismo era uma condição normal da humanidade, antes da aquisição de meios para a comunicação. O afeto materno era uma ponte entre o autismo normal e a vida social normal. Se este afeto era “defeituoso” a criança desabava no “autismo patológico”, ela mesma renegou esta ideia absurda no decorrer dos anos noventa, antes de seu falecimento.

Em 1980 o Autismo Infantil era listado com apenas seis sintomas e todos os seis deveriam estar presentes. Comparar as estatísticas da década de oitenta com as atuais para declarar que está havendo uma “epidemia” de autismo não tem sustentação estatística, por causa da enorme mudança na descrição do transtorno, ocorrida nas últimas décadas.

Em 1987, ocorre a mudança do nome do transtorno de “Autismo Infantil” para “transtorno autista”, para enfatizar que não apenas crianças tinham o transtorno, mas que, sendo uma condição crônica, persista por todo o ciclo da vida. Os critérios não mudaram, apenas o nome.

Apenas em 1991, Uta Firth, traduz o trabalho de Asperger, que consiste no primeiro capítulo de seu livro. Só então, o ocidente toma contato com o trabalho de Hans Asperger, e com a possibilidade de um “autismo sem retardo e com fala”, ampliando enormemente os critérios para se considerar uma pessoa, autista.

Em 1993 é fundada “A casa da Esperança”, por um grupo de mães de pessoas autistas, no Ceará. Congrega hoje uma equipe multidisciplinar, com mais de cem membros, em dois Estados brasileiros, que proporcionam um ambiente de tratamento em que as pessoas autistas são respeitadas como cidadãos de direito, e onde são desenvolvidas alternativas terapêuticas para o pleno alcance de seu potencial como indivíduos.

Em 1994 é lançada a quarta edição do Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria, o mesmo inaugura a categoria dos “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento”, e inclui nela o “Transtorno Autista”, ou Síndrome de Kanner, e o “Transtorno de Asperger”, é na medida em que estes critérios foram assimilados e utilizados pela comunidade médica internacional para a realização de diagnósticos que podemos realizar comparações populacionais que nos permitam determinar se a quantidade de autistas no mundo está aumentando, antes de nos perguntarmos, porque?

(SURIAN,2010, p.34) afirma que “A criança autista apresenta uma aderência inflexível a rotina ou rituais reagindo com intensa ansiedade a mudanças imprevistas no ambiente”.

sendo assim cabe ao professor utilizar uma metodologia diferenciada ao lidar com esses alunos a fim de amenizar todo estresse causado na rotina escolar. Compreender e detectar o modo peculiar do aluno autista situar-se no mundo permite aos professores desenvolver sua prática de modo a auxiliar o desenvolvimento infantil em consonância com os objetivos da educação infantil.

1.2. OS DESAFIOS DAS FAMILIAS DAS CRIANÇAS AUTISTAS

A família é uma rede complexa de relações e emoções, sintetizando é formada por um grupo que controla as respostas de seus membros aos estímulos e as informações interiores e exteriores. Andolf (1981) exprime a ideia de que o comportamento de um indivíduo é a causa de um comportamento de outro. É um grande erro dizer que se uma criança não se comporta bem na escola é porque a família não a educou de forma adequada.

Conforme conceitualiza Sampaio Gameiro (1985), a vida de uma família é um longo ciclo de eventos: Nascimentos, crescimentos, mortes, sentimentos de ódio e de amor, que abrangem gerações e vários contextos históricos sócios culturais.

Frente ao exposto, proporcionar o desenvolvimento do autista implica em uma atitude da família em conjunto com a equipe profissional especializada. É fato que se faz necessário um trabalho estruturado e organizado por parte dos profissionais, que acima de tudo devem dar suporte, informações a respeito da síndrome autista e seu desenvolvimento. Com isso, não somente a família terá as bases de como precisara agir frente a essas dificuldades, mas também terá como objetivo melhora a qualidade de vida do autista, proporcionando a ele o desenvolvimento de suas habilidades.

A síndrome autista compromete seriamente o grupo familiar. As relações familiares são afetadas quando um elemento de seu grupo apresenta uma doença. As limitações que uma doença traz levam a² família a alguns tipos de limitação permanente e isso é claramente visto na capacidade adaptativa ao longo do desenvolvimento da vida familiar.

É evidente de quando os pais recebem a notícia de que seu filho é portador do autismo, um profundo sentimento de luto é vivenciado pela perda da criança saudável que esperavam. Segundo Krynski (1969) apresentam sentimentos de desvalia por terem sido escolhidos para viver essa experiência dolorosa.

Após um período conturbado na descoberta do filho autista, vem a aceitação e uma maior tranquilidade. É nesse momento que se deve recorrer a terapia a fim de conseguir um suporte para lidar com tantas emoções. Pais de autistas observam alterações no comportamento de seus filhos desde cedo, que nenhum profissional enxergaria em pouco tempo de contado.

Gauderer (1992) já contava para o sofrimento da família dos autistas e pontuava a necessidade de a mesma receber uma abordagem que acolhesse esse sofrimento, tanto por razões humanitárias quanto principalmente para que funcione melhor uma vez que a família saudável proporciona uma qualidade de vida melhor para a criança deficiente. Toda família precisa aprender a lidar com o filho autista e principalmente administrar o tempo em prol dessa criança. Cabe a família integrar a criança na sociedade, funcionando também como meio de cultura, crescimento e bem estar. Cada criança necessitará dependendo de suas características clínicas de maior ou menor cuidado e atenção, situação essa que pode muitas vezes gerar um estresse na família. É justamente nesse processo catalizador das relações que entra o suporte terapêutico, cabendo a esse profissional orientar quanto ao manejo de situação de crise, promover a autonomia do indivíduo, acolher a família e impor limites.

A família será sempre uma forte aliada terapêutica para o sucesso da intervenção. É notório que quanto mais saudável for o funcionamento familiar melhor serão as condições de cuidar do doente.

¹ informações verbais retiradas da monografia de Rita de Cássia Araújo Paredes apresentada a faculdade AVM, de forma a contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

Sem dúvida criar um filho divergente traz angustias e encargos adicionais para os pais. Com tudo é necessário recordar que criar um bebe normal também pode ser um processo angustiante para muitos pais, não sendo, portanto, um fato exclusivo e inerente a excepcionalidade. De qualquer maneira devemos ter sempre em mente que a família de uma criança excepcional necessita tanto de atendimento e orientação quanto o próprio indivíduo, não só para a sua própria organização e ajustamento como também para que possa constituir um elemento de apoio e ajuda ao processo de educação e reabilitação do indivíduo que dela necessita. A primeira etapa da orientação familiar consiste em auxiliar os pais a uma aceitação emocional da criança excepcional, que pode ser definida como a concordância entre os fatores internos (sentimentos dos pais) e os fatores externos (a realidade da situação). Só então os pais terão condições de propiciar situações que favorecem o desenvolvimento pleno e seus a seus filhos. (AMIRALIAN,1986, P 51-52).

1.3 A IMPORTANCIA DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES

Embora sempre houvesse uma necessidade de capacitar os professores para que a inclusão realmente aconteça na prática, existe uma dúvida a respeito de qual, ou quais, modelos de formação continuada são mais eficazes para desenvolver as competências desejadas nos docentes.

Nessa temática podemos observar dois grupos de professores: Os que atuam em classe comum e os que trabalham em escolas especializadas. Temos que ter em mente também o público alvo que será envolvido com a proposta de formação continuada. A partir desse princípio o diálogo e as metas deverão ser traçadas. Temos que ter sempre em mente que qualificar uma escola para a inclusão dos alunos autistas implica em reestruturar todo o ensino e suas práticas (usuais e excludentes).

Na inclusão não é a criança que se adapta a escola e sim a escola que se molda para receber o aluno. Vale ressaltar que muitas vezes como não só os professores como também os coordenadores escolares não estão aptos para desenvolver um plano pedagógico coerente com as necessidades do aluno autista, lança-se mão de um orientador terapêutico que poderá ser um psicólogo ou um fonoaudiólogo o que é um erro. Não se deve promover a substituição do profissional. Esses profissionais podem até fazer parte da equipe técnica, porém de forma complementar, sem que isso não diminua a responsabilidade do professor.

O professor precisa ir além de ser um transmissor de conhecimento, na escola o aluno deficiente ou não deverá vivenciar experiências significativas para o seu processo de aprendizagem. A escola cria significados, promove reflexões, resgata valores e socializa. O papel da escola é também usar de todos os recursos possíveis

para transformar o entorno. Hoje se pode dizer que a escola é a maior responsável pela educação e formação de um indivíduo, e nesse processo o professor é a pessoa intermediária disso. Todo indivíduo depende de uma estrutura social e política para uma boa sobrevivência, afinal as crianças de hoje serão futuramente as responsáveis pelas grandes transformações socioeconômicas, culturais e políticas de nosso país. É necessário que todo trabalho educativo esteja voltado também para a construção moral dos cidadãos objetivando o bem-estar não só pessoal como também o coletivo.

Werneck (1995) cita, “A formação para a cidadania é o ponto mais importante e supõe evidentemente uma formação pessoal.” Sendo assim é preciso que a escola contribua para uma nova postura ética. Cabe ao professor além de alfabetizar e passar conhecimentos específicos, ensinar seus alunos a tomar decisões, a saber escolher entre o certo e o errado em uma época de diversas transformações na sociedade e no 3º mundo. O sentido da vida só pode ser aprendido pela própria pessoa, mas as atitudes podem ser ensinadas. Segundo Arantes (2003): ¹

A sociedade solicita que a educação assuma funções mais abrangentes que incorporem em seu núcleo de objetivos a formação integral do ser humano. Essa proposta educativa objetiva a formação da cidadania, visando que alunos desenvolvam competências para lidar de maneira consciente, crítica, democrática e autônoma com a diversidade e conflitos de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações que estabelecem consigo mesmo e com o mundo a sua volta. (Arantes, 2003, p. 16).

Antes de planejar a organização física da sala de aula o professor deve avaliar o meio ambiente de um modo geral. Alguns aspectos devem ser considerados que são o tamanho da sala de aula, outras salas que estão próximas, o número de acesso a pontos de luz, a qualidade da iluminação, se há ou não ventilação adequada, se há algum tipo de estímulos em excesso na parede que possa distrair os alunos, qualquer outro tipo de aspectos móveis que possam interferir negativamente no processo de aprendizagem. Alguns aspectos indesejáveis podem ser desprezados ou mesmo serem modificados, mas existem algumas situações que podem necessitar uma mudança na sala. Por exemplo: Uma sala com muitas saídas não é indicada quando se tem alunos que tem habito de correr; um ambiente prioritário e localização do

1

informações verbais retiradas da monografia de Rita de Cássia Araújo Paredes apresentada a faculdade AVM, de forma a contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

banheiro. Os professores que estão treinando os alunos a usar o banheiro não querem ter que andar grandes distâncias cada vez que o aluno tenha que ir lá.

Definir áreas apropriadas para tarefas de aprendizagem específicas, identificar com clareza os limites e definir matérias facilmente acessíveis ajudam os alunos a identificarem de forma independente onde devem estar e onde obter seus próprios materiais. ² Desta forma os professores não têm que estar constantemente repetindo instruções ou lembrando algo aos alunos, causando menos confusão. Cheguei a estas palavras observando as aulas da professora regente, o comportamento e desenvolvimento dos autistas em sala de aula.

Através de toda observação em sala de aula pude perceber que a melhor maneira de usar a organização para ajudar os alunos a ter um desempenho bem sucedido: é na montagem das tarefas dos professores. Isto torna as situações de aprendizado mais fáceis e ajuda-os a superar a distração a resistência a mudanças e a falta de motivação. As instruções podem ser dadas verbalmente ou não. Em qualquer caso as instruções devem ser dadas ao nível de compreensão do aluno. Instruções verbais também podem ser acompanhadas de gestos, para ajudar a compreensão. Ao dar instruções o professor precisa estar certo que as expectativas e consequências estão organizadas e claras para o aluno.

Para ensinar eficazmente alunos autistas, o professor deve proporcionar uma organização do método de trabalho, incluindo a sala de aula, de maneira que os alunos entendem onde ficar, o que fazer e como fazê-lo, de forma mais independente possível. A inclusão do aluno autista infelizmente ainda está associada à necessidade de se fazer uma forte reestruturação em todo currículo e planejamento escolar, assim como a uma adaptação específica com profissionais especializados. Na medida em que vemos o aluno somente pelo ângulo de suas limitações, passamos a desacreditar ser possível a sua educabilidade e a sua permanência em uma escola comum.

Pesquisas realizadas mostraram que os professores muitas vezes apresentam ideias distorcidas a respeito desses alunos principalmente no que se refere a sua capacidade de comunicação, daí a necessidade de se realizar a avaliação diagnóstica.

Essa avaliação nada mais é do que um ensaio sobre o nível de dificuldade que cada aluno apresenta. É uma avaliação não punitiva e que vai além da forma clássica, o objetivo é contabilizar acertos e erros, interpretando a produção do aluno. Com isso o professor consegue definir em que etapa do processo de construção do

conhecimento seu aluno se encontra administrando assim as ferramentas necessárias para estimular o seu progresso.

2. PAIS E EDUCADORES JUNTOS PARA O CRESCIMENTO DA CRIANÇA AUTISTA.

Neste capítulo, veremos como pais e professores necessitam internalizar o conceito de que quando se trabalha com inclusão escolar de alunos autistas, ausência de fala não significa déficits cognitivos irremediáveis. Quando esse preconceito for finalmente transportado, estratégias deverão ser criadas a fim de facilitar a compreensão dos autistas em relação ao que esperamos deles.

Estímulos sensoriais diversos podem e devem ser utilizados através de vários canais perceptivos. Com a ajuda da comunicação corporal aos poucos a criança autista começa a entrar em contato com o mundo que o cerca, e essa estimulação deverá começar desde bebê pela família. Cabe ao educador criar sempre um caminho visual organizado e ilustrativo, aliado a comandos verbais e ao letrado, pedindo sempre uma coisa de cada vez.

2.1. ACEITAÇÃO DO EDUCADOR

A preparação dos profissionais para o trabalho com os alunos portadores de autismo é de suma importância, pois o educador é um dos agentes responsáveis não somente por transmitir conteúdos pedagógicos como também transmitir valores e normas sócias que possam inserir a criança na esfera simbólica do discurso social. Sendo assim, o trabalho com os educadores deverá englobar, de forma permanente, programas de capacitação, supervisão e avaliação. (Sant' Ana, 2005).

A escola deve ser sempre uma fonte rica para o desenvolvimento da valorização e diminuição da rejeição, pois através dela diminuiremos o preconceito e conseqüentemente a rejeição e a estigmatização.

Para facilitar e viabilizar o trabalho dos professores com os alunos autistas é necessário criar nas escolas tradicionais, em suas classes comuns, um trabalho terapêutico em conjunto passando pela figura do mediador escolar. Isso é uma experiência nova e muita promissora, pois os pacientes estão migrando dos consultórios para a escola e não mais o contrário. ⁴

4

informações verbais retiradas da monografia de Rita de Cássia Araújo Paredes apresentada a faculdade AVM, de forma a contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

Segundo Ellis (2001), “O movimento inclusivo nas escolas por mais que seja ainda muito contestado e de caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irresistível e convence a todos pela lógica de seu desenvolvimento social.” Muitos professores apresentam ideias distorcidas a respeito do aluno autista principalmente no que se refere a sua capacidade de comunicação. E essas concepções acabam interferindo nas práticas pedagógicas e na expectativa em relação à educabilidade dessas crianças.

Pesquisas indicam que os professores manifestam uma tendência a centralizar suas preocupações em aspectos pessoais como medo e ansiedade diante do quadro autista e a grande dúvida é sempre em relação à agressividade desses alunos. Quando não há uma aceitação dessas crianças por parte dos professores assim como um ambiente inapropriado a possibilidade de ganhos no desenvolvimento sede lugar ao prejuízo, porém quando há uma efetiva participação da escola em conjunto com a família, o aprendizado de coisas simples do dia a dia é notório como, por exemplo, conhecer-se e torná-los independentes.

É bem verdade que a diversidade de manifestações comportamentais dos alunos autistas é enorme e talvez a insegurança de alguns professores em lidar com a situação. Sabemos que a inclusão movimenta toda a escola, mais são os professores aqueles que diretamente precisam “dar conta” das peculiaridades de cada aluno. Esse fato por si só justifica tanto receio por parte do corpo docente diante do aluno autista. Porém, todo esse processo afeta também as famílias dos alunos. Embora ter o filho autista em classes comum ser o grande desejo da maioria dos pais muitos deles declaram que nem sempre essa convivência é harmoniosa e respeitosa.

Tudo ainda é muito novo para o professor e documentos como A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) foram um marco no movimento da inclusão. A inclusão só aconteceu realmente quando houver uma parceria dos pais com a escola com um só pensamento de que nos caminhos da inclusão para atender a diversidade todos saem beneficiados. ¹

O professor precisa ficar atento e atualizado, pois com as novas políticas educacionais, o professor precisa ter uma formação mais ampla e cabe a ele elaborar um plano educacional especializado para cada estudante, como objetivo de diminuir as barreiras específicas de todos eles. A missão maior do professor é acima de tudo desmistificar o estigma de que o aluno autista não consegue aprender. É preciso que

⁵seja criada facilitações de ensino para esses alunos tendo como base e apoio o planejamento curricular.

2.2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA AUTISTA

O desenvolvimento psicossocial dos autistas também é muito incerto pelos déficits e desvios no desenvolvimento da linguagem apresentado desde os primeiros balbucios. Não é raro os números desses gestos serem reduzidos ou diferentes do normal; alguns autistas nem chegam a desenvolver uma linguagem comunicativa, porém quando alguns a desenvolvem, é necessária uma atenção maior para que eles a desenvolvam o máximo possível, ou seja atenção especial deverá ser dada a essa área através de estimulações específicas. Segundo Williams e Wright, (2008) é de extrema importância auxiliar crianças e jovens a melhorar o desenvolvimento de aptidões sociais, para que esses possam sentir-se mais à vontade em um mundo que é em grande parte social.¹

Os autores acreditam que uma intervenção precoce reduz o isolamento e a ocorrência de comportamentos repetitivos, fora de suas barreiras. Para que isso ocorra o convívio fora de instituições especializadas e com o grupo mais heterogêneo possível precisa ser uma prática diária. Precisamos preparar esses indivíduos para que eles possam conhecer um mundo que fica muito além de suas limitações físicas, mentais e sociais e isso só poderá ser feito com uma política séria voltada para a inclusão e para uma melhor preparação técnica dos professores.

A questão social abrange necessariamente a inclusão, pois é a inclusão que vai oferecer ao aluno autista o máximo de autonomia. Conforme Weschenfelder (1996), a integração social é quem constrói a identidade sociocultural, sendo assim, observamos que a reabilitação psicossocial busca trazer o indivíduo autista de suas dificuldades ao mundo novo, como mais expectativas que o articule em seu espaço social. Não podemos deixar de ressaltar que em algum momento os autistas necessitarão de uma trégua do mundo social, pois a inclusão para eles necessita ser feita com cuidado maior devido à forte resistência a mudanças que eles apresentam.¹

A inclusão dos autistas assistida minuciosamente por uma equipe multidisciplinar é uma realidade. Pesquisas demonstram que os autistas de auto

5

informações verbais retiradas da monografia de Rita de Cássia Araújo Paredes apresentada a faculdade AVM, de forma a contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

funcionamento podem ter uma vida próxima do normal se bem acompanhados e inseridos no contexto social deles. É interessante observarmos a criança inserida em uma escola tradicional e observarmos os ganhos obtidos pela mesma não só no campo pedagógico como também no social. A interação com crianças ditas normais proporciona contextos sociais que permitem vivenciar experiências que dão origem a troca de ideias, de papéis e o compartilhamento de atividades que exigem negociação interpessoal e discussão para resolução de conflitos. O conceito de competência social é muitas vezes utilizado para nos referirmos as habilidades sócias, porém a habilidade social se refere a descrição do desenvolvimento do indivíduo, já a competência é entendida como uma avaliação da ação de um indivíduo em uma determinada situação. Isso pressupõe que crianças com maiores habilidades sociais são socialmente mais competentes.¹

Estudos desenvolvidos por Lordelo e Carvalho (1998) com crianças pequenas em creche identificaram notáveis ganhos no desenvolvimento social dessas crianças a partir da oportunidade de interação com os pares, proporcionado pelo ambiente, e isso vale também para os portadores de autismo. Almeida (1997) parte da noção de que o ser humano está inatamente programado para estabelecer vínculos sociais, mais que o desenvolvimento social só se constrói na sequência de interações em qualquer estágio da vida. Concluímos então que proporcionar as crianças autistas oportunidades de conviver com outras crianças da mesma faixa etária possibilita o estímulo às suas capacidades interativas impedindo o isolamento contínuo.¹

A oportunidade de convívio com crianças normais é a base para o seu desenvolvimento. Esse convívio em escolas regulares oportuniza os contatos sociais enriquecendo os desenvolvimentos delas. É importante ao lidar com a criança autista o segmento de regras, pois é através delas que os pais preparam o filho para serem inseridos na sociedade. Devemos sempre ter em mente que, embora a convivência do autista na sociedade seja algo difícil, há diversas técnicas para eles se socializarem e cada um têm um nível de eficiência de acordo com o perfil psicossocial. Conforme Weschenfelder (1996) a integração social é quem constrói a identidade sociocultural.

6

informações verbais retiradas da monografia de Rita de Cássia Araújo Paredes apresentada a faculdade AVM, de forma a contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

E para que haja oportunidade de construção social é preciso que as escolas quebrem o estigma de excluir essas crianças. ¹

A família como peça fundamental nesse processo deverá receber um treinamento afim de que saibam utilizar técnicas comportamentais que auxiliem na adequação dessa criança na sociedade. É fato que nossa organização social impõe muitas barreiras culturais que necessitam ser modificadas a fim de assegurar a igualdade de possibilidades a todos os cidadãos. De um modo geral, ignoramos tudo o que não esteja no padrão considerado normal. Devemos nos esforçar (família, escola, estado) a fim de trazer do isolamento os estigmatizados, para que não sejam mais condenados a inviabilidade de políticas retrogradadas e para expor os obstáculos enfrentados pelos autistas. ²

A verdade é que na prática pouco foi feito. Temos que sair do mundo do papel para o operacional, no entanto a mudança nas leis da inclusão já foi o primeiro importante passo para a concretização dos direitos sociais dos autistas, faltando, porém, colocá-las em prática o mais rápido possível.

3. AUTISMO NOS TEMPOS DE HOJE.

Neste capítulo, o mesmo apresentará como ocorre a inclusão da criança autista na educação infantil e a importância do papel do professor nesse processo de aprendizagem.

3.1 O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nos últimos tempos o autismo vem sendo falado principalmente na educação infantil. Uma criança autista apresenta dificuldades na interação social, comportamental e na comunicação, prejudicando o seu desenvolvimento.

Alguns hábitos como manter os objetos nos mesmos lugares, seguir a rotina da mesma forma todos os dias, não ter contato visual direto com os olhos, não usar o dedo para apontar um objeto e não reagir quando chamadas pelo nome, podem vir prejudicar na aprendizagem da criança. Durante observações com o aluno autista, percebemos a admiração dele pelo ventilador da sala de aula, no qual se a professora não interferisse o aluno passava a tarde olhando o ventilador. Outros hábitos como rodar na sala, ficar pulando e utilizar apenas o lápis azul para elaboração das atividades também foram detectadas no mesmo aluno.

[...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos

desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens de nossos valores e sentimentos. (MANTOAN, 2003, p. 12)

Assim, percebemos que a escola apresenta na sala de aula as diferenças existentes nos grupos sociais, porém não demonstram novos conhecimentos, ou seja, o aluno apenas terá conhecimento a partir das suas experiências vivenciadas.

Dessa maneira, a escola deixa de lado o conhecimento que a mesma valoriza, assim percebe-se que a democratização e massificação do ensino, não expande a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos. Por decorrência disso, as escolas acabam dividindo os alunos em normais e anormais, dividindo também os alunos em escolas regulares e especiais e formando professores para serem especialistas apenas naquela diferença, mas o professor deve estar preparado para qualquer dificuldade que apareça em sala de aula.

Contudo, o professor não vai apenas inserir o aluno na sala de aula, mas buscar maneiras para melhorar o aprendizado da criança. Dessa forma, com a chegada de um aluno autista, a sala da educação infantil deve estar totalmente programada para recebê-lo, para que assim o professor identifique quais dificuldades e qual o nível de aprendizado.

Se caso o aluno ainda não for diagnosticado como uma criança autista, o professor pode perceber alguns sintomas e algumas características, como no ritmo de atividades físicas, sociais, afetivas e linguísticas, mas cabe ao professor orientar os pais a procurar um psicólogo e não tentar detectar o transtorno da criança, principalmente o autismo que é bastante complexo.

O diagnóstico deve ser cauteloso, e é necessário observar, avaliar fisicamente e neurologicamente a criança, conversando com os familiares e fazer exames necessários para detectar o autismo. Há alguns critérios utilizados para diagnosticar se a criança é autista, mas apresentam controvérsia, assim como a sua definição. Porém, o CID-10 (Código Nacional de Doenças), e o DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), são considerados como adequados, lembrando que o diagnóstico só é obtido através de observação clínica e pela história referida pelos pais ou responsáveis. ¹

Os dois critérios apresentados acima, buscam organizar o entendimento do autismo. Ambas apresentam definições semelhantes e são utilizadas no Brasil como o critério oficial, para maior eficiência e confiabilidade diagnóstica.

Após a criança ser diagnosticada muitas escolas ainda têm certa dificuldade de aceitar crianças com algum tipo de deficiência, como observado em algumas escolas que afirmam que as crianças da educação infantil davam “trabalho” e com outra criança com alguma deficiência dificultaria na aprendizagem das demais. A preparação dos professores é algo também destacado, que não são capacitadas para trabalharem com crianças autistas ou outra deficiência. Não tentar detectar o transtorno da criança, principalmente o autismo que é bastante complexo.

Após a criança ser diagnosticada muitas escolas ainda têm certa dificuldade de aceitar crianças com algum tipo de deficiência, como observado em algumas escolas que afirmam que as crianças da educação infantil davam “trabalho” e com outra criança com alguma deficiência dificultaria na aprendizagem das demais. A preparação dos professores é algo também destacado, que não são capacitadas para trabalharem com crianças autistas ou outra deficiência

A Declaração de Salamanca afirma:

As competências necessárias para satisfazer as necessidades educativas especiais devem ser tidas em consideração na avaliação dos estudos e na certificação dos professores [...] A formação em serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interação com os orientadores e apoiados pela formação à distância e outras formas de auto formação (SALAMANCA, 1994, pp. 27-28)

Algumas escolas buscam professores que já tenham experiência com crianças autistas e em outras realizam capacitações dos educadores para manter a continuação da criança na escola regular. É importante que as professores sempre estejam buscando aprender novos métodos para serem trabalhadas na sala de aula, assim as crianças autistas estarão se desenvolvendo cada vez mais.

3.2 O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS AUTISTAS

A educação é ato que proporciona para as crianças o desenvolvimento de suas capacidades, transmitindo valores e práticas culturais, que serão usados durante toda vida. Após a constituição de 1988 a educação passou a ser um direito de todas as

crianças, tendo o acesso à educação e exercendo a sua cidadania. Sendo assim, outra norma nacional a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) vem assegurando que a educação infantil, segundo os artigos 29 e 30 da referida lei, é a “primeira etapa da educação básica”, sendo oferecida em creches para as crianças de zero a três anos e em pré-escolas para as de quatro a seis anos de idade.

Mostramos que a educação é um direito de todos, no entanto, para que esse processo ocorra depende de uma política educacional que inclua realmente todos os alunos no âmbito escolar, seja o aluno com qualquer tipo de deficiência ou transtorno. A Lei nº 10.172/01 que instituiu o Plano Nacional de Educação frisa que a inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer no sistema regular de ensino “ a educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL,2001,p.126).

De fato, é lei que os professores incluam os alunos, mas é evidente que encontrará desafios para inserir o aluno autista na sala de aula, pois muitos profissionais não têm uma formação adequada para se trabalhar com crianças autistas. As dificuldades que podem ser encontradas pelo professor é a linguagem do aluno, a compreensão, agressividade partindo da criança, o medo por parte do professor, dúvidas em relação às práticas pedagógicas, a adequação do espaço, falta de recursos ou insuficientes e inadequados para proporcionar um melhor ensino.

Apesar das dificuldades o professor necessita incluir os alunos, de forma que proporcione oportunidades da mesma maneira dos demais, para que as crianças com autismo sejam aceitas pela a turma e por toda a sociedade. Entretanto, não é apenas a inserção nas escolas regulares, mas a busca da valorização desses alunos mesmo com suas limitações e respeitando suas diferenças. Por sua vez é importante que as escolas desenvolvam atividades pedagógicas adequadas as necessidades dos alunos.

Nos dias de hoje, temos a plena consciência que para uma criança autista desenvolver suas habilidades e aprendizagem na sociedade, é indispensável que esteja inserida na escola e alcançando a educação inclusiva. Mas devido à formação do professor como já foi discutido acima, não sendo uma formação específica, este deixa a desejar ao ser trabalhado com um autista.

De acordo com Mantoan:

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. (MANTOAN, 2008, p. 143).

A inclusão deve ser praticada no currículo escolar não somente por alunos com alguma deficiência ou com algum transtorno, mas é dever da escola buscar criar um currículo adequado para qualquer aluno que apresente dificuldades particulares, ou seja, todos tem o direito à inclusão.

Atualmente, ouvimos as escolas afirmarem que incluem todos os alunos, por tanto, esquecem que para existir a inclusão é necessárias mudanças. Mudar na prática, na linguagem, assumir que as diferenças são positivas para a aprendizagem de todos e introduzir recursos capazes de apoiar a aprendizagem. Mas a verdade é que muitas escolas não estão capacitadas para receber esses alunos, principalmente os com autismo, que é um estudo atual e muitos não tem o conhecimento sobre o tema, assim os professores se sentem mal preparados para lidar com essas situações.

É necessário que o professor esteja disposto para trabalhar com quaisquer dificuldades que lhe apareça. Sua prática educacional deve está adequada e preparada para receber os alunos e suas necessidades. O professor precisa sempre estar se atualizando, não apenas se acomodar nos conteúdos estudados na graduação, mas buscar através de leituras e de especializações novos conhecimentos para trabalharem com as crianças e não se surpreenderem quando tiver que ensinar uma criança com autismo.

A proposta inclusiva da Educação (um direito assegurado) tem por fim conscientizar os (as) professores (as) sobre as bases filosóficas, políticas educacionais, jurídicas, éticas responsáveis pela formação de competências do profissional que participa ativamente dos processos de integração, desenvolvimento e inserção da pessoa deficiente na vida produtiva em sociedade, evidenciar o direito legal mediante dever do Estado com a educação; e garantir, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil no seu artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. (RODRIGUES, 2010, pp.72-73).

A partir desse pensamento, percebemos que a educação é para todos, mas que a inclusão ainda não é uma realidade para as escolas, ou seja, não estão qualificadas para trabalharem com as diferenças existentes. Portanto, para se incluir é necessário mudanças e união entre a escola e a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado dessa pesquisa nos mostra que a grande realidade vivida hoje no sistema educacional: O despreparo para lidar com alunos autistas, bem como educá-los e ensiná-los. Tal despreparo é causado pela insuficiente formação profissional nas áreas especiais e pela falta de informações que se tem atualmente sobre o autismo e suas manifestações.

Os autistas necessitam de uma estrutura eficiente, de métodos específicos de ensino, de ambientes especiais, de preparação prévia, e de uma abordagem abrangente para terem o mínimo desenvolvimento no processo de aprendizagem. Diante do exposto, acredita-se que esse estudo possa somar com outros estudos desenvolvidos acerca do autismo e suas manifestações, uma vez que resume de maneira objetiva as principais características desse distúrbio, buscando resgatar a importância da educação especial dos autistas.

Pode-se até dizer que existem tentativas de desenvolver o processo de inclusão desses alunos, porém talvez a forma como esta introdução esteja sendo realizada não apresenta ainda resultados efetivos. A verdade é que muito se fala da educação especial e inclusiva de alunos deficientes visuais, deficientes auditivos, deficientes físicos, deficientes mentais entre outros, porém o aluno autista tem sido esquecido.

Há falta de incentivo por parte das autoridades em relação a formação de profissionais capacitados e habilitados para atuarem com esse alunado e como consequência, vemos a deficiência existente na vida de autistas e de seus familiares que se veem presos a essa realidade.

Concluindo a discussão, percebemos que a inclusão de crianças autistas no ensino regular ainda é um processo que apresenta grandes dificuldades na escola. É preciso que ela tenha o interesse de buscar e conhecer novos métodos educacionais para assim, a criança com autismo possa se envolver ao meio social.

É necessário criar maneiras para transmitir novas informações e melhorar a prática pedagógica se tornando adequadas em sala de aula. Vimos que as professoras entrevistadas percebem a importância da inclusão escolar dos alunos autistas e tentam colocá-la em prática, mais revelam que para envolvê-la na sala de aula é necessário um conjunto de aspectos para se torna útil e válido.

Assim, podemos relatar que INCLUSÃO não é apenas colocar o aluno dentro da sala de aula regular, mas adapta-lo ao contexto, construindo novos conhecimentos de maneira própria e no tempo da criança. A aprendizagem dela deve ser sempre acompanhada pelo professor, para que ambos se relacionem e enriqueçam seus conhecimentos. O educador deve estar sempre em busca de novas estratégias para colaborem no desenvolvimento da criança.

Finalizo esse trabalho com a esperança de ver futuros estudos acerca do autismo, e professores executando trabalhos efetivos com esse grupo de crianças amparados por cursos e profissionais experientes e capacitados, trazendo sentido e nova realidade a vida todos autistas.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, A. A. **As contribuições da abordagem histórico-cultural para a pesquisa sobre os processos de aprendizagem da pessoa com deficiência mental.** In BAPTISTA, C.R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto alegre: Mediação, 2008. P.47-57.
- BRASIL – Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (9.394/96): promulgada em 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989:** dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social.
- BRASIL. **Lei nº 12.764/12 Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;** e altera o parágrafo 3º do art.98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v.4. n.1, janeiro/junho 2008-Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,** Brasília: MEC, 1998.
- BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil:** Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop - Mato Grosso, Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil:** trabalhando a mediação pedagógica – 2 ed. RJ: ed. Wak, 2015.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola:** um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf. Acesso em 20 de julho. 2020.
- DEMO, P. **Pesquisa: Princípios científicos e educativos.** 7. ed. São Paulo: Cortez2000.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Soraia Napoleão. **“A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo”**. In: RODRIGUES, David (org). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006, pp. 162- 179.

GANDERER, E. Christians. **Autismo, uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**. Brasília: Corde, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

KUPFER, M. C. M. **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo:Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria. Teresa. **E. Inclusão social: o que é? por quê? como fazer? (Coleção cotidiano escolar)**. Ed. Moderna, São Paulo, 2003, pp. 12-20.

MELLO, Ana Maria S. Ros. **Autismo: guia prático**. 2ª ed. São Paulo, Corde, 2001, pp. 35-37

MONTE, F.; SANTOS, I. (Coord.). **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo**. Brasília: MEC, SEESP, 2004, pp. 9- 37.

VASQUES, C.K; BAPTISTA, C.R. **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Educação: um discurso sobre possibilidades**. In. *Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais*, 2, 2003, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/343-of4 - st2.htm>. Acessado em 06 de julho de 2020.

SANTOS, M. C. D; MANTOAN, M. T. E; FIGUEIREDO, V. F. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. São Paulo: MEC/SEESP, 2009.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996